

## DA INTEGRAÇÃO À POLÍTICA EDUCACIONAL: RASTREABILIDADE PÚBLICA DA UNIRILA NO CORREDOR BIOCEÂNICO

### Eixo 3 – Educação e Políticas Educacionais

Eder Baiaroski Lopes<sup>8</sup>

#### Resumo

O artigo analisa como documentos públicos tornam verificável a institucionalização da Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana no âmbito das políticas de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da Universidade Federal da Grande Dourados e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A pesquisa é documental, qualitativa, comparativa e interpretativa, com corpus atualizado até 7 de agosto de 2026. Os resultados demonstram vínculo formal das três universidades, responsabilidades diferenciadas em governança, produção acadêmica, eventos, formação linguística e intercâmbio, além de níveis desiguais de incorporação dessas ações aos instrumentos institucionais de planejamento e monitoramento. Conclui-se que a rastreabilidade pública integra a capacidade de implementação e avaliação da política, embora não meça a totalidade das ações ou do impacto universitário. A análise propõe critérios para distinguir adesão, atribuição, execução e resultado sem produzir ranking entre instituições.

**Palavras-chave:** Internacionalização da educação superior; Cooperação Sul-Sul; Governança universitária; Transparência institucional.

#### Introdução

A internacionalização da educação superior assume significado particular em territórios de fronteira. Em Mato Grosso do Sul, a posição geográfica, a proximidade com Paraguai e Bolívia e a circulação histórica de pessoas, línguas e conhecimentos aproximam as universidades de problemas que atravessam limites nacionais. O Corredor Bioceânico de Capricórnio amplia esse quadro ao articular Brasil, Paraguai, Argentina e Chile em torno de uma infraestrutura de conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Embora a dimensão logística seja central, o corredor mobiliza agendas educacionais, científicas, culturais, sanitárias, ambientais e profissionais que demandam coordenação entre instituições e sistemas nacionais distintos.

A Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana (UNIRILA) surgiu nesse contexto para reunir instituições de educação superior dos quatro países. O portal oficial atribui à rede objetivos de interação universitária, colaboração acadêmica, científica, tecnológica e cultural, desenvolvimento de projetos conjuntos, mobilidade e publicações colaborativas (UNIRILA, 2024c). A formulação situa a universidade como participante da integração regional e oferece um horizonte mais amplo do que a assinatura isolada de convênios. Contudo, a passagem de uma intenção cooperativa para uma política educacional institucionalizada requer normas, responsabilidades, recursos, ações, memória e avaliação.

Essa passagem constitui o centro do problema investigado. A presença de uma instituição em uma lista de membros comprova adesão, enquanto uma ata pode registrar participação e deliberação. Um plano institucional acrescenta objetivos, responsáveis e prazos; relatórios, produtos e indicadores podem demonstrar execução e resultados. Quando esses níveis são tratados como equivalentes, corre-se o risco de atribuir impacto a uma simples menção ou, em sentido inverso, de interpretar uma lacuna de publicação como inexistência de ação. Em redes interuniversitárias, nas quais cada participante

---

<sup>8</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS). Supervisor de Gestão Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS). E-mail: elopes@sed.ms.gov.br.

preserva autonomia administrativa, esse risco aumenta porque os registros são produzidos por organizações diferentes, em tempos e formatos também diferentes.

O estudo parte da compreensão de que a documentação pública não é um espelho completo da política, mas constitui uma de suas condições de inteligibilidade. Textos normativos, planos, atas, páginas institucionais e relatórios organizam compromissos, distribuem responsabilidades e permitem acompanhar decisões. A qualidade dessa cadeia documental interfere na capacidade de estudantes, pesquisadores, gestores e sociedade identificarem o que foi pactuado, por quem, em qual período e com quais resultados. Por essa razão, a rastreabilidade pública é examinada como dimensão da institucionalização, e não como sinônimo de publicidade promocional.

A questão de pesquisa é: como os documentos oficiais publicamente acessíveis permitem analisar a institucionalização da UNIRILA nas políticas de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e quais limites essa documentação impõe à avaliação da política? O objetivo geral consiste em analisar os vínculos, as responsabilidades, as ações e os mecanismos de acompanhamento atribuídos às três universidades, discutindo a rastreabilidade pública como componente da governança e da implementação da internacionalização regional.

Para alcançar esse objetivo, o artigo caracteriza a UNIRILA como arranjo regional de política educacional; identifica como o pertencimento à rede aparece em documentos próprios das universidades e em registros interinstitucionais; compara atribuições de governança, produção acadêmica, eventos, formação e intercâmbio; e examina as condições documentais para distinguir compromisso, execução e resultado. A comparação não pretende classificar instituições. Seu propósito é estabelecer o alcance probatório das fontes e compreender o que diferentes formas de registro revelam sobre a trajetória da política.

A contribuição científica encontra-se em dois planos. No plano empírico, o artigo atualiza o corpus da pesquisa original com documentos que tornam mais visível a incorporação da UNIRILA ao planejamento da UFMS e atribuem à UFGD uma responsabilidade em formação linguística, além de manter as evidências de governança e coordenação associadas à UEMS. No plano analítico, propõe uma matriz de rastreabilidade aplicável a redes universitárias, baseada na diferenciação entre vínculo nominal, participação, responsabilidade, ação executada, produto e resultado. A matriz permite discutir política educacional sem converter quantidade de registros em medida de desempenho.

Após esta introdução, o texto apresenta a internacionalização regional como política educacional e discute a cooperação Sul-Sul no território bioceânico. Em seguida, desenvolve a relação entre produção dos textos da política, implementação e rastreabilidade pública. O percurso metodológico explicita o corpus, os critérios de inclusão e o procedimento comparativo. Os resultados e a discussão examinam a passagem da adesão à institucionalização, as responsabilidades formalizadas, os registros de prática e os limites de monitoramento. As considerações finais respondem à questão de pesquisa e indicam implicações para transparência, avaliação e continuidade da cooperação.

### **Internacionalização regional como política educacional**

A definição de internacionalização elaborada por Knight (2004) desloca o debate de um inventário de atividades para um processo intencional de integração das dimensões internacional, intercultural e global às finalidades da educação superior. Esse entendimento impede que mobilidade, acordos, disciplinas em língua estrangeira ou participação em redes sejam considerados, isoladamente, comprovação suficiente de internacionalização. Tais ações adquirem densidade institucional quando se conectam a ensino, pesquisa, extensão e gestão, com objetivos, estruturas responsáveis e acompanhamento.

Hudzik (2011) aprofunda esse argumento ao formular a internacionalização abrangente como compromisso transversal que alcança a instituição em sua totalidade. A internacionalização, nessa perspectiva, depende da articulação entre liderança, planejamento, currículo, pesquisa, relações externas, serviços e cultura organizacional. Para De Wit (2020), a expansão quantitativa das atividades internacionais precisa ser submetida a critérios éticos e qualitativos, com atenção aos fins educacionais e à responsabilidade social. Os três aportes convergem na ideia de que o valor de uma ação internacional decorre de sua inserção nas missões universitárias e de sua capacidade de produzir aprendizagem, conhecimento e benefício público.

No território do Corredor Bioceânico, essa compreensão institucional encontra uma escala regional. As universidades são chamadas a interpretar problemas produzidos pela integração física, econômica e social, ao mesmo tempo que operam em sistemas educacionais nacionais. A internacionalização deixa de representar apenas abertura para centros acadêmicos distantes e passa a envolver cooperação entre instituições territorialmente relacionadas. Essa inflexão permite que demandas locais sejam tratadas por agendas internacionais e que conhecimentos produzidos na região circulem entre países vizinhos.

A cooperação Sul-Sul oferece base para essa leitura. Morosini (2011) distingue modalidades tradicionais de cooperação, frequentemente assimétricas, de relações horizontais orientadas por reciprocidade e produção conjunta. Essa distinção é relevante para a UNIRILA porque o compartilhamento de uma posição geopolítica no Sul Global não garante, por si, horizontalidade. A distribuição das funções, o acesso às decisões, o reconhecimento das autorias, a participação de estudantes e a circulação dos benefícios precisam ser demonstrados nas práticas e nos registros.

Cantero Dorsa e Franco Maciel (2025) analisam a UNIRILA como experiência de governança educacional transnacional e destacam a diplomacia acadêmica, as alianças interinstitucionais e as agendas comuns de pesquisa e formação. O estudo evidencia que a rede procura responder à histórica fragmentação das relações universitárias no Cone Sul. Essa leitura sustenta a compreensão da UNIRILA como arranjo de política educacional regional, desde que seus objetivos declarados sejam cotejados com os instrumentos que organizam a decisão e com as evidências de implementação.

Leal Ordonez e Silva (2023), ao desenvolverem o Projeto Bioceânica Educativa, acrescentam as dimensões das práticas educativas comparadas, da geopolítica e do território cultural. O corredor aparece como espaço de encontro entre realidades históricas, linguísticas e institucionais diversas, exigindo leitura multinível e mediação intercultural. A contribuição do conceito está em impedir que a rota seja reduzida a infraestrutura e em evidenciar possibilidades de produção de conhecimentos e formação relacionadas ao território. Essas possibilidades permanecem condicionadas, contudo, à inserção nas políticas e nos processos formativos das instituições.

Tratar a UNIRILA como política educacional regional não significa atribuir à rede o mesmo estatuto jurídico de uma política estatal nacional. A expressão indica um conjunto intencional de orientações, normas, instâncias decisórias e ações interinstitucionais que busca organizar respostas educacionais para uma agenda territorial. Sua implementação depende de duas direções articuladas: a produção de compromissos comuns pela rede e a tradução desses compromissos nos instrumentos, unidades e práticas de cada universidade. A política ganha materialidade quando deixa de existir somente no plano declaratório e passa a orientar decisões, planos de ação, responsabilidades e critérios de acompanhamento.

Essa tradução é particularmente importante porque redes universitárias operam por adesão e coordenação, sem eliminar a autonomia dos membros. Uma assembleia pode aprovar uma agenda comum, mas cada instituição precisa localizar internamente responsáveis, recursos, procedimentos e vínculos com sua missão. A diferença entre o texto interinstitucional e sua incorporação institucional constitui, portanto, uma questão de implementação. Ela também explica por que o mesmo

compromisso pode apresentar graus distintos de visibilidade documental sem que isso autorize conclusões imediatas sobre maior ou menor impacto.

A pertinência pública da internacionalização regional depende, por fim, da relação entre cooperação e formação. Eventos, publicações, observatórios, intercâmbios e grupos de pesquisa podem favorecer aprendizagem e produção de conhecimento, porém os efeitos educacionais exigem evidências sobre públicos, objetivos, continuidade e avaliação. A cidadania global, frequentemente associada à internacionalização, deve ser compreendida como horizonte formativo potencial. Sua realização pressupõe mediação curricular, experiências interculturais reflexivas, participação dos sujeitos e compromisso com os problemas do território.

### **Textos da política, implementação e rastreabilidade pública**

A análise de políticas educacionais exige atenção à relação entre formulação, produção textual e prática. Mainardes (2006), ao apresentar a abordagem do ciclo de políticas, destaca que os textos não encerram sentidos únicos e que as políticas são interpretadas e recriadas nos contextos em que se desenvolvem. Essa perspectiva contribui para o estudo da UNIRILA porque permite observar a rede como trajetória: o contexto regional influencia a agenda; estatuto, atas, planos e páginas formalizam orientações; universidades e agentes traduzem essas orientações em ações; e os resultados disponíveis retroalimentam novas decisões.

O corpus documental não oferece acesso direto a todos esses contextos. Ele permite reconstruir parte da produção dos textos e alguns vestígios da prática, tais como responsabilidades, eventos, publicações, intercâmbios e indicadores reportados. Entrevistas, observação, documentos internos e dados de execução seriam necessários para analisar negociações, resistências, recursos e experiências dos participantes. Reconhecer esse limite evita que uma ata seja lida como se a decisão registrada já tivesse sido integralmente implementada.

Nesse quadro, rastreabilidade pública designa a possibilidade de reconstruir uma afirmação sobre a política por meio de documentos acessíveis e relacionados entre si. A operação considera seis elementos: origem institucional identificável; acesso público; data ou referência temporal; descrição da ação ou decisão; indicação de responsável; e presença de produto, indicador ou resultado verificável. Quanto mais completa a cadeia, maior a segurança para afirmar o que ocorreu e atribuir responsabilidade. A robustez documental continua distinta da relevância ou do impacto da ação.

A matriz analítica adotada organiza as evidências em seis níveis. O vínculo nominal demonstra que a instituição integra a rede. A participação formal registra presença em assembleia, comissão ou atividade. A responsabilidade atribuída identifica quem deve coordenar ou executar. A ação documentada informa realização. O produto demonstra uma entrega delimitada, como publicação ou evento. O resultado verificável exige informação que permita avaliar alcance ou efeito por meio de base, período e critério. Os níveis não compõem uma pontuação; funcionam como perguntas sucessivas para impedir saltos interpretativos.

A distinção possui implicações para transparência e prestação de contas. Uma rede pode comunicar numerosos eventos e, ainda assim, oferecer pouca informação sobre responsáveis, públicos e resultados. Outra instituição pode manter registros internos consistentes sem publicá-los. No primeiro caso, visibilidade não equivale a avaliação; no segundo, a ausência no corpus público não prova inatividade. A análise comparativa precisa conservar as duas possibilidades e circunscrever as conclusões ao material disponível.

A rastreabilidade também contribui para a continuidade administrativa. Redes interinstitucionais dependem de memória que ultrapasse gestões, pessoas e mudanças de portal. Atas, planos de trabalho, repositórios e relatórios permitem recuperar compromissos, identificar pendências e evitar que decisões sejam reiniciadas sem conhecimento da trajetória anterior. Em contextos multinacionais, essa função é ampliada por diferenças linguísticas, normativas e organizacionais. A

documentação torna-se uma infraestrutura de cooperação, porque reduz assimetrias de informação entre os participantes.

Por esse motivo, o artigo considera a rastreabilidade componente da capacidade de implementação da política. Ela não substitui financiamento, coordenação, participação ou avaliação, mas possibilita relacioná-los. Um plano com unidade responsável e cronograma não garante execução, embora defina condições para acompanhá-la. Uma ata com produto entregue demonstra mais do que uma intenção, ainda que não revele seus efeitos. A análise da política avança quando cada documento é utilizado para responder à pergunta que sua natureza permite, sem exigir dele prova que não contém.

### **Percurso metodológico**

A pesquisa é documental, qualitativa, comparativa e interpretativa. As unidades de análise são UFMS, UFGD e UEMS, instituições públicas de Mato Grosso do Sul que integram a UNIRILA. O recorte territorial e institucional decorre da presença das três universidades no estado de partida do trecho brasileiro do Corredor Bioceânico e da possibilidade de comparar como o vínculo com a rede aparece em documentos interinstitucionais e institucionais.

O corpus original, encerrado em 3 de março de 2026, reunia a página de membros brasileiros da UNIRILA; as atas das Assembleias de Reitores de 2023 e 2024; a apresentação institucional da rede de 8 de abril de 2025; o Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional da UFMS para 2025-2030; e páginas institucionais relacionadas à internacionalização. A atualização, encerrada em 7 de agosto de 2026, incorporou a ata da III Assembleia, realizada em 17 de dezembro de 2025 e disponibilizada posteriormente, o Plano de Internacionalização da UFMS 2025-2027, o Relatório de Gestão 2023 da UFGD e a Ata da Mesa de Universidades disponível no portal do Corredor Bioceânico.

Foram incluídas fontes oficiais que identificassem ao menos uma das três universidades e registrassem vínculo, participação, atribuição, ação, produto, intercâmbio, planejamento ou resultado relacionado à UNIRILA. Também foram aceitos instrumentos institucionais capazes de demonstrar a tradução da participação em rede para objetivos, unidades responsáveis, cronogramas ou indicadores. Postagens pessoais, conteúdos sem autoria institucional e menções ao corredor sem relação expressa com a rede foram excluídos. Textos acadêmicos compuseram o referencial e não substituíram a prova documental de atribuições institucionais.

A seleção procurou manter comparabilidade sem impor falsa simetria. As universidades não publicam os mesmos tipos de documentos, e a ausência de um plano específico no corpus de uma instituição não autoriza concluir que ela não possua planejamento. O procedimento registrou a natureza de cada fonte e limitou a inferência ao que estava explicitado. Páginas dinâmicas foram tratadas como retratos da data de acesso; atas, como registros de deliberações datadas; planos, como compromissos programáticos; e relatórios, como resultados declarados pela própria instituição.

A leitura ocorreu em três movimentos. No primeiro, cada documento foi examinado internamente para identificar autoria, data, finalidade, instituição mencionada, decisão, responsável, ação e resultado. No segundo, as fontes foram confrontadas para localizar confirmações, complementações e descompassos. No terceiro, compararam-se as três universidades segundo cinco dimensões de institucionalização: reconhecimento formal; governança; operacionalização; monitoramento; e conexão educacional e territorial.

Para cada afirmação empírica, constituiu-se uma cadeia de evidências baseada no documento de origem e no limite interpretativo. Menção institucional foi classificada como vínculo; presença em reunião, como participação; designação de coordenação, como responsabilidade; registro de realização, como ação documentada; entrega delimitada, como produto; e dados com base e critérios identificáveis, como resultado verificável. Indicadores divulgados em apresentação institucional

foram mantidos como resultados reportados quando não apresentavam universo, período ou método completo de contagem.

A atualização foi analisada separadamente antes de ser incorporada à síntese. Esse cuidado permitiu observar o efeito da temporalidade documental: uma ação pode ocorrer em determinado período e tornar-se publicamente demonstrável somente após a disponibilização da fonte. Assim, mudanças na interpretação não foram tratadas como correção de um suposto erro institucional, mas como consequência da ampliação do corpus.

A investigação limita-se a fontes públicas e a três universidades. Não foram consultados processos administrativos internos, orçamentos, planos de trabalho não publicados, bases primárias de participantes, instrumentos de avaliação ou entrevistas. A análise identifica condições documentais de implementação e não mede impacto educacional, científico, econômico ou territorial. Essa delimitação orienta toda a discussão e impede que a densidade de registros seja convertida em ranking institucional.

## Resultados e discussão

### Da adesão à tradução institucional

A página de membros brasileiros da UNIRILA lista UFMS, UFGD e UEMS, o que estabelece o primeiro nível de evidência: as três universidades integram formalmente a rede (UNIRILA, 2024a). As atas das Assembleias de Reitores confirmam representação institucional e participação nas deliberações de 2023, 2024 e 2025 (UNIRILA, 2023; 2024b; 2025b). O pertencimento, portanto, não depende de uma única fonte. Ainda assim, esse conjunto inicial responde apenas quem participa e não demonstra, de maneira homogênea, como cada universidade incorpora a rede às suas políticas.

Na UFMS, a incorporação aparece em instrumentos de planejamento. O PDI-PPI 2025-2030 registra a participação em redes e associações e situa a cooperação internacional entre as estratégias institucionais (UFMS, 2025a). O Plano de Internacionalização 2025-2027 avança ao incluir o aprimoramento da participação em UNIRILA e outras redes como ação contínua da Agência de Internacionalização, vinculada a objetivos institucionais. O documento também prevê monitoramento da efetividade de acordos e parcerias, acompanhamento de mobilidade e indicadores de internacionalização curricular (UFMS, 2025b). A rede deixa, nesse texto, de figurar somente como vínculo e passa a integrar uma arquitetura de implementação.

Essa evidência tem alcance preciso. O plano comprova decisão programática, unidade responsável, horizonte temporal e conexão com mecanismos de acompanhamento. Ele não comprova que as metas tenham sido alcançadas, nem permite isolar resultados específicos da UNIRILA entre as demais redes listadas. A distinção entre compromisso planejado e execução observada evita atribuir à UFMS efeitos que o documento ainda projeta. Ao mesmo tempo, a existência do plano torna futuras verificações mais viáveis, pois define ações e bases de monitoramento.

Na UFGD, o Relatório de Gestão 2023 informa o ingresso na UNIRILA e relaciona a participação em redes a objetivos de mobilidade, cooperação, intercâmbio e eventos internacionais (UFGD, 2024). A página do Escritório de Assuntos Internacionais mantém a UNIRILA entre as redes e associações da universidade (UFGD, 2026). Esses documentos demonstram tradução institucional em registro de gestão e estrutura administrativa de internacionalização. O corpus não apresenta, contudo, um plano específico que desagregue metas da participação na UNIRILA, razão pela qual não se podem comparar diretamente os instrumentos da UFGD com o Plano de Internacionalização da UFMS.

Para a UEMS, a tradução mais visível ocorre nos documentos da própria rede. A I Assembleia elege a instituição para a vice-presidência por Brasil e lhe atribui responsabilidades em publicação e organização de evento (UNIRILA, 2023). As atas seguintes mantêm a representação e a atuação na governança (UNIRILA, 2024b; 2025b). Trata-se de institucionalização interorganizacional

comprovada por cargos e atribuições. Como o corpus delimitado não contém instrumento interno equivalente ao plano da UFMS, a análise não afirma menor integração da rede à política da UEMS; registra apenas que essa integração é demonstrada por outra cadeia documental.

A comparação mostra que a institucionalização não se apresenta em formato único. Na UFMS, o vínculo é inserido de modo explícito em planejamento temático. Na UFGD, aparece em relatório de gestão, página da unidade responsável e atribuição específica em documento da Mesa de Universidades. Na UEMS, sobressaem a posição de governança e responsabilidades formalizadas pela rede. Essas diferenças revelam caminhos documentais distintos e reforçam a necessidade de comparar funções das fontes, em vez de contar menções.

### **Governança, responsabilidades e memória da política**

A I Assembleia, realizada em 19 de dezembro de 2023, constitui marco da formalização recente. O documento registra representantes das três universidades, aprova o estatuto, define um novo convênio e organiza o Comitê Executivo. A UEMS é escolhida para a vice-presidência por Brasil. A ata também informa que UEMS e Universidade Católica Dom Bosco coordenavam uma publicação em três tomos sobre o corredor e atribui a UEMS e UFGD a organização do XIII Seminário (UNIRILA, 2023). Nessa fonte, pertencimento, governança, responsabilidade editorial e responsabilidade operacional aparecem de forma diferenciada.

A II Assembleia, realizada em 11 de dezembro de 2024, preserva a participação das três instituições e explicita desafios de memória e informação. Entre as providências, a rede discute atualização do portal, organização da memória institucional e concentração de dados em observatório (UNIRILA, 2024b). A deliberação demonstra que a gestão documental já era reconhecida pelos próprios participantes como problema de governança. O tema ultrapassa comunicação externa, pois afeta a continuidade das decisões e a capacidade de articular projetos entre instituições.

A III Assembleia, de 17 de dezembro de 2025, amplia a documentação sobre acordos, atividades e intercâmbios. A ata relaciona a continuidade de uma estada pós-doutoral na UFMS às ações da rede e menciona acordos e atividades com a instituição. Como não identifica participante, programa, duração, responsáveis ou produtos, essas passagens foram classificadas como ações reportadas. O documento também registra continuidade da UEMS nas discussões de governança e representação da UFGD, sem oferecer bases equivalentes para mensurar resultados nas três universidades (UNIRILA, 2025b).

A comparação entre essa ata e a página pública de autoridades mostra temporalidades diferentes. Na data de acesso, a página ainda apresentava a composição anterior da presidência e da secretaria executiva, embora a assembleia mais recente registrasse deliberações de reorganização (UNIRILA, 2024c; 2025b). O descompasso não invalida as fontes. Ele indica que atas e páginas respondem a funções diferentes e que uma política em movimento exige atualização coordenada para evitar ambiguidades sobre a autoridade vigente.

A Ata da Mesa de Universidades acrescenta outra escala decisória. O documento registra UEMS e UFGD entre os participantes virtuais e organiza compromissos sobre renovação do convênio, projetos conjuntos, critérios editoriais, políticas de pesquisa, observatórios e formação linguística. A UFGD, em conjunto com a Universidad Arturo Prat, aparece como convocante do fortalecimento de programas nas três línguas do corredor (UNIRILA, 2025a). A atribuição amplia a leitura anterior, na qual a UFGD era visível sobretudo pelo vínculo e pela co-organização do seminário.

O caso exemplifica o efeito da atualização do corpus. A incorporação de uma fonte não altera a atuação passada da universidade; altera o que pode ser demonstrado publicamente sobre ela. Esse princípio é central para a análise de políticas: interpretações documentais permanecem abertas à revisão quando novos textos, relatórios ou dados se tornam acessíveis. A estabilidade científica não

decorre de congelar a síntese, mas de tornar explícita a data de corte e preservar a cadeia que sustenta cada afirmação.

### **Ações, produtos e limites de avaliação**

No plano da operacionalização, o corpus oferece evidências de natureza desigual. Para a UEMS, são formalmente atribuídas a vice-presidência brasileira, a coordenação editorial compartilhada e a co-organização do XIII Seminário. Para a UFGD, somam-se a co-organização do seminário e a convocação de programas de formação linguística. Para a UFMS, a ata de 2025 reporta acordos, atividades e estada pós-doutoral, enquanto o plano institucional define participação em redes e monitoramento de parcerias. Cada conjunto demonstra formas de ação diferentes; nenhum deles constitui medida completa de impacto.

Na dimensão científica, a apresentação institucional da UNIRILA informa 138 pesquisadores e 140 obras de pesquisa e extensão, além de dossiês e livros relacionados à rota (UNIRILA, 2025c). Esses dados demonstram capacidade de mobilização reportada pela rede, mas a apresentação não fornece, para todos os indicadores, universo, período, critério de contagem e distribuição por instituição. Por isso, os números não foram repartidos entre UFMS, UFGD e UEMS. A coordenação editorial atribuída à UEMS e à Universidade Católica Dom Bosco é uma responsabilidade comprovada; a autoria e o impacto das obras exigiriam exame dos produtos e das bases de origem.

Na dimensão formativa, duas evidências merecem atenção. A estada pós-doutoral vinculada à UFMS aponta intercâmbio acadêmico, porém faltam dados que permitam avaliar produtos ou aprendizagens. A responsabilidade atribuída à UFGD e à Universidad Arturo Prat para fortalecer formação nas três línguas do corredor aproxima a rede de uma política linguística regional. O documento informa que algumas ações já haviam sido concretizadas, sem discriminar oferta, carga horária, participantes ou certificação (UNIRILA, 2025a). Em ambos os casos, há ação reportada e potencial formativo, mas os resultados permanecem insuficientemente documentados.

A diferença entre potencial e resultado é relevante para a Bioceânica Educativa. Publicações, eventos, intercâmbios e formação linguística podem alimentar currículo, pesquisa e extensão. Para demonstrar curricularização, seriam necessários componentes curriculares, objetivos de aprendizagem, participação estudantil, materiais, avaliação e continuidade. O corpus conecta a UNIRILA com mais precisão à governança e à produção acadêmica do que à experiência formativa dos estudantes. A cidadania global e a interculturalidade permanecem, assim, horizontes plausíveis, cuja efetivação depende de mediações não capturadas pelas fontes disponíveis.

O Plano de Internacionalização da UFMS oferece um avanço metodológico para futuras avaliações porque prevê indicadores, bases e acompanhamento. As fichas de resultado tratam de acordos, mobilidade e internacionalização curricular, com unidades responsáveis e periodicidade (UFMS, 2025b). Ainda que os indicadores não isolem a UNIRILA, eles demonstram como a participação em redes pode ser conectada a uma política institucional orientada por resultados. A comparação sugere que instrumentos semelhantes, articulados no nível da rede, poderiam favorecer a leitura conjunta sem eliminar especificidades universitárias.

A adoção de indicadores, entretanto, exige cautela. Contagens de acordos, participantes ou produtos não explicam qualidade, reciprocidade, inclusão ou retorno territorial. A avaliação da cooperação regional precisa combinar medidas de alcance com análise de processos e efeitos. Indicadores comparáveis podem informar o debate, desde que sejam acompanhados de definições, fontes, período, responsáveis e limites. A rastreabilidade protege a avaliação contra números sem base e, simultaneamente, contra interpretações que confundem ausência de publicação com ausência de prática.

### Implicações para as políticas educacionais

Os achados permitem identificar quatro implicações. A primeira refere-se à articulação entre rede e planejamento institucional. A participação ganha continuidade quando é traduzida em objetivos, unidades responsáveis, cronogramas e critérios de acompanhamento. O Plano de Internacionalização da UFMS oferece exemplo explícito dessa tradução, enquanto os documentos da UFGD e as atas da UNIRILA demonstram outras formas de inserção. A variedade de instrumentos não constitui problema em si; a fragilidade aparece quando não é possível relacionar compromisso interinstitucional a responsável e ação no interior da universidade.

A segunda implicação diz respeito à memória pública da política. A própria rede deliberou sobre atualização do portal, organização documental e observatórios. A coexistência de páginas desatualizadas, atas publicadas posteriormente e indicadores sem base completa dificulta a reconstrução da trajetória. Um repositório comum, organizado por decisão, responsável, prazo, produto e situação, permitiria conectar textos e práticas. Essa medida não garantiria resultados, mas criaria condições para acompanhamento e aprendizagem institucional.

A terceira implicação envolve comparabilidade sem padronização excessiva. UFMS, UFGD e UEMS possuem estruturas, normas e prioridades próprias. A rede não precisa substituir seus sistemas de gestão, mas pode adotar um núcleo comum de informação: ação, instituição responsável, parceiros, público, período, produto, indicador e fonte de verificação. Esse núcleo permitiria compreender responsabilidades compartilhadas e resultados coletivos, preservando a autonomia administrativa dos membros.

A quarta implicação está na conexão entre internacionalização e finalidade educacional. A rede já registra publicações, seminários, intercâmbio e formação linguística. O passo seguinte, do ponto de vista analítico, consiste em demonstrar como essas ações chegam ao ensino, à pesquisa, à extensão e aos sujeitos. Essa demonstração requer acompanhar participação estudantil, inserção curricular, competências interculturais, produção conjunta, aplicação territorial e continuidade. Sem essa ponte, a política permanece mais visível na governança do que na formação.

A matriz de rastreabilidade sintetiza essas implicações e explicita os limites probatórios do corpus. Ela não atribui pontuação às instituições nem hierarquiza seus registros. Seu uso consiste em verificar se uma afirmação sobre a política pode ser relacionada a fonte, tempo, responsável, ação e resultado. A comparação torna-se mais rigorosa porque deixa de perguntar qual universidade aparece mais e passa a perguntar o que cada tipo de evidência permite afirmar.

**Quadro 1** – Matriz de rastreabilidade da institucionalização da UNIRILA

| Dimensão                     | Evidências do corpus                                                                                       | Afirmação sustentada                                                                                       | Limite interpretativo                                                                              |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Reconhecimento formal</b> | Página de membros; atas; PDI/PPI e plano da UFMS; relatório e página da UFGD.                              | UFMS, UFGD e UEMS integram e participam da rede.                                                           | Adesão não comprova execução, aprendizagem ou impacto.                                             |
| <b>Governança</b>            | Assembleias, estatuto, vice-presidência brasileira e deliberações da Mesa de Universidades.                | Há instâncias decisórias e responsabilidades formalizadas; a UEMS exerce funções de governança no recorte. | Cargo ou presença não mede influência efetiva nem resultado.                                       |
| <b>Operacionalização</b>     | Organização de seminário, coordenação editorial, formação linguística, acordos e intercâmbio pós-doutoral. | Existem atribuições e ações reportadas para as três universidades, com diferentes graus de detalhe.        | Faltam, em parte das fontes, recursos, cronogramas, públicos, produtos e comprovação de conclusão. |

| Dimensão                               | Evidências do corpus                                                                                     | Afirmação sustentada                                                                                           | Limite interpretativo                                                                             |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Monitoramento e memória</b>         | Plano de Internacionalização da UFMS; atas sobre portal, observatório e memória; páginas institucionais. | A rede reconhece a necessidade de organizar informação; a UFMS possui indicadores institucionais relacionados. | Os indicadores não isolam a UNIRILA e páginas podem ficar defasadas em relação às atas.           |
| <b>Conexão educacional territorial</b> | Publicações, seminários, formação linguística, intercâmbio e agenda da Bioceânica Educativa.             | As ações possuem potencial de articulação com ensino, pesquisa e extensão.                                     | O corpus não demonstra, de modo comparável, curricularização, aprendizagem ou efeito territorial. |

Fonte: Elaboração própria com base no corpus documental atualizado até 7 de agosto de 2026.

### Considerações Finais

A questão de pesquisa foi respondida ao se demonstrar que os documentos públicos permitem reconhecer a UNIRILA como arranjo regional de política educacional e identificar formas distintas de institucionalização em UFMS, UFGD e UEMS. As três universidades possuem vínculo e participação formal. A UFMS incorpora a rede a um plano de internacionalização com ação contínua, unidade responsável e mecanismos gerais de monitoramento. A UFGD registra o ingresso na rede em relatório de gestão, mantém a vinculação em sua estrutura de internacionalização e recebe atribuições relativas a seminário e formação linguística. A UEMS reúne responsabilidades de governança, coordenação editorial e organização de atividade.

Essas diferenças descrevem a configuração documental do corpus atualizado até 7 de agosto de 2026. Elas não autorizam afirmar que uma universidade seja mais internacionalizada, produza maior impacto ou desenvolva mais ações. Instrumentos de planejamento demonstram compromissos; atas demonstram decisões; relatórios apresentam ações declaradas; páginas institucionais registram vínculos; produtos e indicadores podem demonstrar execução e alcance quando acompanhados de base verificável. O resultado central do estudo consiste em preservar essas diferenças de função probatória.

A rastreabilidade pública integra a capacidade de implementação da política porque conecta decisão, responsabilidade, ação e avaliação. Sua ausência não apaga práticas institucionais, mas limita a possibilidade de demonstrá-las, coordená-las e avaliá-las publicamente. Na UNIRILA, a preocupação expressa com memória, portal e observatórios confirma que a gestão da informação já integra a agenda da rede. O desafio consiste em transformar registros dispersos em uma cadeia comum que acompanhe compromissos ao longo do tempo.

A análise também evidencia que a internacionalização regional ultrapassa a mobilidade acadêmica e pode articular produção científica, formação linguística, pós-graduação, eventos, governança e problemas territoriais. O potencial da Bioceânica Educativa depende da conexão dessas ações com objetivos formativos, participação estudantil, currículo, pesquisa, extensão e retorno social. O corpus atual sustenta a existência dessa agenda, porém ainda não permite comprovar efeitos educacionais ou territoriais de modo comparável.

As limitações decorrem do desenho documental. Não foram examinados processos internos, execução orçamentária, bancos de participantes, avaliações de aprendizagem ou percepções de gestores, docentes e estudantes. A publicação tardia de documentos mostra que lacunas podem ser provisórias. Estudos posteriores devem triangular as fontes públicas com entrevistas, planos de trabalho, relatórios de execução, produtos, indicadores e acompanhamento longitudinal, preservando a distinção entre ação realizada e ação publicamente rastreável.

Conclui-se que a UNIRILA apresenta elementos de institucionalização como política de internacionalização regional, com governança, agendas e responsabilidades identificáveis. A consolidação de sua dimensão educacional requer que a cooperação seja acompanhada por memória pública, indicadores contextualizados e evidências de inserção nas missões universitárias. A rastreabilidade não substitui a realidade institucional, mas permite que compromissos e resultados sejam conhecidos, discutidos e aperfeiçoados por todos os participantes da integração bioceânica.

## Referências

- CANTERO DORSA, Arlinda; FRANCO MACIEL, Ruberval. Corredor Bioceânico, UNIRILA e internacionalização do ensino superior: experiências e desafios na governança educacional. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, Campo Grande, v. 31, n. 61, p. 40-59, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55028/intermeio.v31i61.24429>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/24429>. Acesso em: 7 ago. 2026.
- DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: the need for a more ethical and qualitative approach. **Journal of International Students**, v. 10, n. 1, p. i-iv, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32674/jis.v10i1.1893>.
- HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization**: from concept to action. Washington, DC: NAFA, 2011.
- KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>.
- LEAL ORDONEZ, Linoel; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Práticas educativas comparadas, geopolítica e território cultural: a internacionalização no Projeto Bioceânica Educativa/FUNDECT MS/CNPq. **Interações**, Campo Grande, v. 24, n. 4, e2444223, 2023. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/4223>. Acesso em: 7 ago. 2026.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>.
- MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100005>.
- UFGD. **Relatório de Gestão 2023**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2024. Disponível em: [https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/PRESTACAO-DE-CONTAS/Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas/2.13\\_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202023\\_UFGD\\_Vers%C3%A3o%20final%20com%20fotos%20%2826032024%29.pdf](https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/PRESTACAO-DE-CONTAS/Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas/2.13_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202023_UFGD_Vers%C3%A3o%20final%20com%20fotos%20%2826032024%29.pdf). Acesso em: 7 ago. 2026.
- UFGD. **Redes e associações**. Dourados: Escritório de Assuntos Internacionais, 2026. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/internacionalizacao-pt/redes-associacoes>. Acesso em: 7 ago. 2026.

UFMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional 2025-2030**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2025a. Disponível em: <https://pdi-ppi.ufms.br/files/2025/02/pdi-ppi-2025-2030-v1.0-web.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2026.

UFMS. **Resolução nº 613-CD/UFMS, de 27 de agosto de 2025**. Aprova o Plano de Internacionalização 2025-2027 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2025b. Disponível em: <https://boletimoficial.ufms.br/publicacao?id=572451>. Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **I Asamblea de Rectores de UNIRILA**. Jujuy, 19 dez. 2023. Disponível em: [https://unirila.edu.py/wp-content/uploads/2025/05/Acta-Asamblea-UNIRILA-dic-2023\\_FIRMADO.pdf](https://unirila.edu.py/wp-content/uploads/2025/05/Acta-Asamblea-UNIRILA-dic-2023_FIRMADO.pdf). Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **II Asamblea General de la Red**. Jujuy, 11 dez. 2024b. Disponível em: [https://unirila.edu.py/wp-content/uploads/2025/05/Acta-Asamblea-de-Rectores-UNIRILA-Dic.-2024\\_FIRMADO.pdf](https://unirila.edu.py/wp-content/uploads/2025/05/Acta-Asamblea-de-Rectores-UNIRILA-Dic.-2024_FIRMADO.pdf). Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **III Asamblea General de Rectores UNIRILA**. San Salvador de Jujuy, 17 dez. 2025b. Disponível em: <https://unirila.edu.py/documentos/>. Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **Presentación de UNIRILA: rol de la red universitaria en la integración regional**. San Lorenzo, 8 abr. 2025c. Disponível em: [https://unirila.edu.py/wp-content/uploads/2025/05/Presentacion-UNIRILA\\_UNA\\_08\\_04\\_2025.pdf](https://unirila.edu.py/wp-content/uploads/2025/05/Presentacion-UNIRILA_UNA_08_04_2025.pdf). Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **Acta Mesa de Universidades**. San Salvador de Jujuy, 26 nov. 2025a. Disponível em: <https://corredorbioceanico.org/cms/wp-content/uploads/2026/01/MESA-DE-UNIVERSIDADES.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **Brasil**. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://unirila.edu.py/pais/brasil/>. Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIRILA. **Sobre UNIRILA**. [S. l.], 2024c. Disponível em: <https://unirila.edu.py/sobre-unirila/>. Acesso em: 7 ago. 2026.